

Os quatro falsos dilemas

Geor Brasil

MARCIO FORTES

SET 1986

CORREIO BRAZILIENSE

Quatro falsas questões costumam atrapalhar no Brasil a discussão sobre as estratégias para o desenvolvimento. O BNDES, como agência de fomento, que se preocupa principalmente com o longo prazo, e que há quase quatro décadas pensa hoje o Brasil de amanhã, já superou há muito esses dilemas ilusórios. Eles já estão ultrapassados nas nações modernas, mas entre nós ainda confundem o debate e emperram o próprio crescimento do País.

Examinemos um a um esses supostos antagonismos: setor público x setor privado, grandes empresas x pequenas, economia aberta x fechada (crescimento para dentro x crescimento para fora), e investimento produtivo x social.

1 — **Setor público x privado:** De início, é preciso dizer que o Estado não detém a patente do patriotismo nem o empresário privado é dono da exclusividade da eficiência.

Há um consenso a respeito das obrigações típicas do Estado e da necessidade de sua atuação em alguns setores da economia (como a exploração de petróleo). Mas não faz sentido que o Estado entre no mercado para produzir tecidos e papel ou para dirigir hotéis, como ocorria com as empresas que o BNDES recentemente privatizou. Hoje, essa falsa dicotomia foi superada pela própria realidade: a exaustão das finanças do Estado esgotou sua capacidade de investir; quanto ao setor privado, tem cerca de US\$ 80 bilhões circulando no open market à espera de oportunidades de investimento de longo prazo. O BNDES tem dado resposta com muito êxito a essa procura. Um exemplo: temos estimulado a iniciativa privada a entrar em setores que eram tradicionalmente cativos do investimento estatal, como a geração e distribuição de eletricidade. Foi uma verdadeira corrida: já estão em análise no Banco 53 pedidos de financiamento para a construção de hidrelétricas por parte de empresas privadas.

No Brasil, ainda está nos primórdios a discussão sobre a privatização de empresas estatais e de serviços que hoje são encargos do Estado. Muitos são contra, por questões de oportunidade política ou de fôrte ideológico. Não há consenso. E isso inibe e intimida o Congresso, ao qual caberá mudar a legislação para que se viabilize a aplicação de recursos privados ociosos, nas áreas em que o Estado não tem dinheiro para investir.

Emfim: para evitar gargalos no

processo de crescimento, precisamos adotar uma estratégia que passe pela recuperação da capacidade de investimento do setor público e pela concessão, por parte do Estado, de oportunidades de investimento ao capital privado nas áreas de infra-estrutura e utilidade pública. A exemplo do que fazem hoje os países de economias mais modernas.

2 — **Crescimento para dentro x crescimento para fora:** Muitos consideram antagônicas essas duas linhas. O crescimento para dentro, via substituição de importações, foi a opção histórica numa fase já superada pelo País. Não havia outra saída. Esse modelo já está esgotado. O processo de integração vertical de nosso parque industrial está consolidado. Enquanto o crescimento para dentro pressupõe hoje a expansão do mercado interno, o movimento paralelo de crescimento para fora é uma necessidade e uma decorrência do próprio modelo substitutivo de importações.

O Brasil já tem uma indústria desenvolvida, atualizada, com um estilo moderno de gestão, o que lhe permite conquistar fatias do mercado externo. Uma peculiaridade nos favorece: podemos crescer a taxas maiores que as do países plenamente desenvolvidos. E o BNDES tem apoiado decididamente as empresas brasileiras que já são maduras em seu esforço exportador, para ampliar sua eficiência, sua produtividade e sua capacidade de competição lá fora. A isto intitulamos, no Banco, modelo de integração competitiva.

Ao contrário dos tigres asiáticos, cuja opção estratégica é produzir basicamente para o exterior, devido às pequenas dimensões de seus mercados internos, a indústria brasileira, para incorporar novas economias de escala e tornar-se mais eficiente, precisa ampliar seu mercado interno. O crescimento para dentro depende da ampliação do mercado consumidor interno. Caso a renda continue concentrada, a indústria brasileira produzirá para uma demanda restrita aos grandes projetos estatais e aos bolsões de riqueza situados nos grandes centros urbanos.

3 — **Grandes x pequenas:** É outra discussão inútil, outro suposto antagonismo, felizmente já em fase de superação. Na verdade, as grandes e as pequenas empresas se complementam e têm necessariamente de conviver juntas. As grandes concentrando capitais e gerando recursos que possibilitem até a pesquisa e o avanço tecnológico independentemente do Estado. As pequenas ocupando seus próprios espaços. O BN-

DES já superou essa dicotomia: tornou-se a um só tempo o banco da indústria e dos grandes projetos e o banco que apóia as pequenas e médias empresas e o setor de serviços com o objetivo de desconcentrar o crescimento. Para isso, atua por meio de uma rede de quase 200 BDs, bancos regionais e comerciais, cujos milhares de agências repassam os recursos do Banco a empresários de todo o território nacional.

4 — **Investimento produtivo x investimento social:** Muitos os consideraram mutuamente excludentes. É a velha história de primeiro fazer crescer o bolo para depois distribuí-lo. Houve, de fato, casos de nações em que a acumulação de capital foi mais intensa que sua distribuição. Mas isso foi feito no passado — e a custos sociais hoje inaceitáveis: fome, guerras, poluição, gerações inteiras sacrificadas em nome do progresso e do crescimento econômico.

No nosso estágio de desenvolvimento, não podemos dar prioridades ao investimento produtivo e relegar a segundo plano o investimento social. O modelo de crescimento concentrado, que veio do passado, gerou dois Brasis: um rico e outro pobre. Um, o das regiões prósperas e modernas, outro, o das carentes e atrasadas.

Não podemos falar em contradição entre investimentos produtivos e sociais num país em que a base produtiva ainda está sendo instalada, mas simultaneamente é necessário investir para atenuar os dramáticos desequilíbrios de distribuição de renda característicos de uma sociedade que ainda não conseguiu quer transportar a linha de pobreza.

Modernidade não é só tecnologia refinada, mas também uma boa e justa infra-estrutura social. Por isso, precisamos desmascarar a falácia do pretenso antagonismo para promover os investimentos que, nos setores produtivo e social, respondam plenamente aos anseios da sociedade considerados em seu conjunto.

A eliminação desses falsos antagonismos, que estão superados e não mais têm sentido numa nação moderna, permitirá ao País executar uma política macroeconômica consistente.

Márcio Fortes, 44 anos, foi secretário-geral do Ministério da Fazenda e é presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É engenheiro, com cursos de aperfeiçoamento em Engenharia Econômica no Brasil e na Universidade de Harvard (EUA).